

Entrevista João Rebelo

CDS-PP

Círculo eleitoral: Lisboa

Área: Defesa

Experiência parlamentar: 6ª legislatura

12/01/2017, 15h30, AR

Relação entre deputados e eleitores (Constituency service)

- Formas de contacto
 - iniciativa dos cidadãos que contactam através do e-mail, o que pode dar origem a reuniões e a perguntas ou projetos de lei,
 - iniciativa do deputado, para recolher informação, que pede reuniões e desloca-se aos distritos que representa
 - Presença dos deputados nas redes sociais e sites e na comunicação social
- Nas questões por iniciativa dos cidadãos
 - algumas, tais como dúvidas simples, manifestações de apoio ou reclamações sobre votos e tomadas de posição dos deputados, são respondidas de imediato por escrito com respostas simples
 - para responder a problemas mais complicados apelamos a uma reunião no Parlamento
 - O primeiro passo parte dos cidadãos e “pode ter como consequência provocar uma reunião e desencadear processos como perguntas, requerimentos ou mesmo projetos de lei” ou então provocar uma visita ao terreno
- A segunda forma de contacto, é o trabalho do deputado, quando precisa de obter informação e vai ao local, realizando reuniões, dentro dos temas e distritos que é responsável
 - Realizam visitas ao círculo eleitoral e distritos onde é padrinho: “O CDS tem uma prática que é: nos distritos onde não temos deputados, há os deputados padrinhos. [Além de Lisboa] tenho a meu cargo também Guarda e Castelo Branco. Desloco-me também lá”, com solicitações nossas para reuniões (mas com menos regularidade, por causa da distância e despesas que são suportadas pelos deputados).
 - Exemplo: problema sobre o encerramento pelo Estado de um centro educativo de jovens na Guarda – reuni-me com o Presidente da Junta, com o centro educativo, com o vereador responsável e fui questionando o governo sobre isso
- “A relação tem duas correntes: é a manifestação e interesse do próprio deputado em ter esse contacto e a manifestação de interesse do cidadão, coletivamente ou individualmente”
- Além disso, “o CDS tem formas de divulgar a sua mensagem: sites, twitter e redes sociais, isso também é uma forma de interagir com as pessoas”.

- Para assuntos importantes, “o partido tem 18 deputados, cada um é porta voz de uma determinada área e quando é preciso expressar publicamente nos telejornais, jornais ou rádios, esta também é uma forma de chegar às pessoas”
- Objetivos do contacto: recolha de informação, ideias e sugestões para a produção legislativa e tentar solucionar problemas (raramente, mas é o que dá mais prazer). Por outro lado, os contactos com associações profissionais, sócio-profissionais, sindicais, empresariais, comerciais, etc, podem ajudar a formar um determinado pensamento em determinada área
- “Houve um incremento substancial desse contacto”. “Em 99 [quando chegou ao Parlamento] nós tínhamos um email, mas não era público, as declarações de rendimento, as faltas, o nosso trabalho, nada disso era público. O contacto era por telefone, havia até uma linha verde. Já acabou tudo isso. Agora, aumentou substancialmente o contacto, graças às redes sociais, e sobretudo ao grande passo” do Parlamento, que passou de uma situação passiva para uma situação muito ativa nessa área. O número de instrumentos para contactar o seu deputado é tão variado, disponível e rápido, que só não contacta o deputado quem não quiser
- Campanha eleitoral vs legislatura: durante a campanha eleitoral não estamos cá, há uma baixa substancial do contacto com os cidadãos. Por outro lado, os grupos de interesse tornam-se muito ativos neste período. Sindicatos, sectores empresariais, sectores em áreas muito específicas, trabalham muito à volta dos partidos, por causa dos programas. Aí eles tornam-se muito presentes.
- No resto do ano, é mais o contacto direto com o cidadão em geral. O deputado tem mais tempo para falar com as pessoas. Em campanha eleitoral, o contacto é muito rápido e é mais para tentar divulgar duas ou três ideias. O contacto é menos rigoroso. O melhor contacto é feito durante o período da legislatura.
- Redes sociais e novas tecnologias: “é a saturação”, todos os deputados têm a sua pequena página, além dos meios do partido, é uma overdose, “a presença nas redes sociais é esmagadora”. Fora da campanha eleitoral também, mas com picos - perto do orçamento, períodos de intensidade legislativa

Relação partidos - grupos de interesse

- “Recebemos toda a gente”, mas “temos uma relação mais próxima do sector empresarial e as suas estruturas organizativas do que dos sindicatos”.
- Às vezes pedimos colaborações quando estamos a preparar legislação em certas áreas, e aí colaboramos mais com uns que outros. Temos uma relação mais próxima do sector produtivo, empresarial, associações empresariais, a CAP, do que propriamente do sindicalismo operário de raiz marxista. Nós sabemos que do lado deles não vem uma cooperação que nos vá ser útil. Não partilhamos os mesmos valores.
- Mas recebemos também os sindicatos ligados ao partido comunista.
- E as comissões de utentes, que na maioria deles é tudo fabricação de partidos políticos. Há uma tendência sempre dos partidos tentarem controlar essas comissões. O PCP é mestre nisso.

- Nós temos pessoas ligadas ao meio empresarial que estão nos nossos órgãos, a maioria dos nossos membros da comissão política nacional ou do conselho nacional não desempenham funções de autarcas ou deputados e muitos deles estão ligados a sectores empresariais, o que é importante e também nos ajuda
- Nos congressos convidamos e costumam estar
- As reuniões são regulares, mas não tem periodicidade
- Por exemplo, em véspera de orçamentos, as reuniões costumam ser mais significativas
- Forma de contacto mais frequente: encontros no parlamento ou na sede do partido.
- “A pressão deles é pública e é legítima e cabe aos partidos distinguir o que interessa ao país globalmente e o que lhes interessa a eles”

Atividade parlamentar

- **Comissões:** no início da legislatura, os deputados do CDS preenchem um formulário a indicar áreas de interesse e as comissões em que gostariam de estar. Cabe ao líder parlamentar fazer a divisão. Normalmente tenta-se acomodar toda a gente nas áreas que elas gostam. E há outros cargos (vice-presidente do Parlamento, secretário da mesa do parlamento, membro das delegações internacionais...) e os cargos nas comissões (coordenador, presidente, vice-presidente, etc). É impossível toda a gente ficar satisfeito, mas tenta-se ir ao encontro da vontade de toda a gente
- **Perguntas ao governo:**
 - “as perguntas são dos deputados, os deputados é que decidem na área em que estão a trabalhar”. “Isso é indiscutivelmente a parte em que o deputado está mais livre, porque são assuntos do seu distrito ou da sua área de trabalho”
 - Pode haver um filtro [do partido/grupo parlamentar]. Mas é mais uma questão de bom senso. E de confiança. “Eu fiz sempre as perguntas sem pedir autorização”.
 - Às vezes como são perguntas conjuntas, por abrangerem vários temas, circulam entre os deputados do grupo parlamentar
 - Nas perguntas conjuntas, os nomes surgem por ordem alfabética. O primeiro signatário não tem um papel específico
 - A maioria das vezes a iniciativa é do deputado. Mas também pode vir das concelhias ou distritais (assuntos locais), dos assessores, de artigos de jornais, e por vezes de sugestões levantadas por cidadãos e pela sociedade civil. Neste último caso, este contributo é mais relevante nas perguntas à administração local (Câmaras Municipais)
 - Os deputados só fazem perguntas relacionadas com os seus distritos (círculo eleitoral ou distritos padrinho), a não ser que sejam relativas à sua área. Ex: subscreveu uma pergunta sobre o forte de Elvas, porque apesar de não ser deputado padrinho de Portalegre, tocava na área da defesa nacional
 - Os novos deputados têm mais dificuldade? A experiência conta sobretudo para definir o que é realmente importante. Há uma tendência [dos novos deputados] quando vêm de locais mais pequenos para acharem que é

relevante uma pergunta que não tem relevância. A experiência permite sobretudo apurar o que é importante, o timing certo, e como divulgar a pergunta, procurar parceiros para garantir feedback.

- A crise económica alterou a forma e conteúdo das perguntas? Começou a falar-se muito na questão orçamental; o défice e dívida passaram a ser temas muito presentes. As perguntas ao governo abordam questões mais específicas, mas que têm sempre preocupação com as restrições orçamentais e sustentabilidade económica
- Programas eleitorais vs atualidade política: tentamos sempre ter em conta o programa eleitoral. Neste momento o CDS está numa posição diferente: como o programa eleitoral era da coligação, que foi desfeita, atualmente as orientações vêm do que a comissão executiva e comissão política decidirem, estamos mais orientados pelas decisões do congresso que elegeu Assunção Cristas e do seu programa, que é interpretado quinzenalmente na reunião da direção do partido e mensalmente pela comissão política.
- Mas há também um equilíbrio com o momento político, Exemplo: nacionalização do Novo Banco não estava no programa, mas é preciso tomar posição. “Aqui inspiramo-nos nas raízes do CDS, que foi sempre contra as nacionalizações”.
- **Debates quinzenais:** as perguntas nos debates quinzenais são coordenadas com a comissão executiva do partido. Há sempre uma reunião na véspera do debate onde são discutidas ideias. Por vezes também são discutidas em reunião do grupo parlamentar, mas é mais na comissão executiva.
- **Projetos de lei**
 - Na oposição: a primeira expectativa é demonstrar o que faríamos se fôssemos governo, mostrar a diferença, a qualidade das nossas propostas e responder ao programa. Em segundo lugar - esperança sempre muito ténue - que seja aprovado.
 - Partidos que apoiam o governo: A produção legislativa torna-se muito menos intensa. Há uma governamentalização do parlamento. Mas, continuam a fazer perguntas, nomeadamente perguntas a Câmaras da oposição. E, durante a legislatura anterior, “fiz muitas perguntas ao governo, porque havia discordâncias claras em relação ao Ministro da Defesa e eu questionei porque tinha essa liberdade”
- **A atividade de um deputado afeta a elaboração das listas eleitorais:** “Não muito. A avaliação do trabalho é feita, se a pessoa for um cepo não volta cá”. Mas, no CDS é a direção que decide. “A direção do partido tem uma influência decisiva sobre quem vai para o parlamento”. Os cabeças de lista são escolhidos pela direção (muitas vezes pelo Presidente e meia dúzia de pessoas), em Lisboa são os 3 ou 4 primeiros lugares e no Porto os dois ou três primeiros. O resto da lista é decidida em Assembleia Distrital. No fim, como é tudo aprovado em Conselho Nacional pode haver rearranjos.